

ENSINO TÉCNICO - UMA INCOMPLETUDE CAPAZ DE RECONCILIAR O INSEPARÁVEL: FAZER E SER

REGINA LEITÃO UNGARETTI

Prof.^a Dr.^a LEDA LÍSIA FRANCIOSI PORTAL - ORIENTADORA

Dissertação apresentada ao departamento de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação em 10 de janeiro de 2000.

No processo de formação escolar, o trabalho tem sido considerado como algo distante e incerto para o aluno. O Ensino Técnico, por sua vez, ainda é visto como forma de atender à parcela da população a qual não tem maiores expectativas de uma formação que a habilite a estar inserida na categoria dos “pensantes” e, portanto, inapta a acessar uma melhoria em suas condições financeiras por meio do trabalho.

Este estudo partiu do processo de interação escola-aluno-empresa, enfocando a situação estágio, na busca de respostas à real situação do ensino técnico: a quem serve que interesses estão envolvidos, de que forma é feito, quais são os resultados.

A investigação foi desenvolvida numa abordagem qualitativa de natureza dialética, utilizando a estratégia construída por Frigotto (1991), associada à análise de conteúdos proposta por Pagès, Bonetti, Gaulejac e Descendre (1993), a partir de entrevistas semi-estruturadas com alunos-estagiários e professores do Curso Técnico em Eletrônica da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, em Novo Hamburgo, RS, bem como os supervisores de estágio das empresas que receberam os alunos entrevistados como estagiários.

Obteve-se como resultado três categorias emergentes - **Ensino Técnico: convergências e divergências sobre um pensar e fazer pedagógico; Estágios e estagiários: práticas que (re)constróem teorias, transformam realidades e conduzem à liberdade; Empresa: organização aprendente, da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência** - as quais deixaram transparecer as seguintes contradições: aspecto técnico e aspecto humano; ensino genérico e ensino específico; autonomia e dependência; compromisso e alienação; teoria e prática; caráter pedagógico e caráter econômico do estágio, sustentadas por mediações políticas, ideológicas e psicológicas do processo. Foi emergente também o caráter de indissociabilidade entre o fazer e o ser, confirmando a competência como objetivo a ser perseguido pela escola, pelo aluno e pela empresa, num processo contínuo em coerência com a exigência do contexto social de formação de cidadãos.

Face às constatações relatadas sobre a complexidade do processo formativo do ensino técnico por meio da investigação do Curso Técnico em Eletrônica da Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha, com enfoque no estágio, busca-se sintetizar as ocorrências, bem como compor o tecido do ensino técnico com os devidos avanços e recuos próprios de seu sistema auto-eco-organizativo, a partir das três categorias emergentes.

Inicialmente, retoma-se a caracterização do mundo contemporâneo como um cenário de globalização de mercados, de economias, de comunicação e de políticas que lança pessoas, empresas e nações num novo “modelo” de competitividade, que, em conseqüência, requer das organizações capacidade de auto-eco-organização, a fim de conciliar características próprias com as da comunidade globalizada. Para tal, é necessário, uma nova concepção de sujeito que, segundo a Unesco deve ter quatro aprendizagens fundamentais: *aprender a conhecer,*

aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, exigindo, portanto, um novo projeto educativo que conceba a educação como um todo, cujos saberes se interpenetram de forma a constituírem-se no caráter espiritual de cada um, conforme a concepção tripartida de homem - corpo, psique e espírito.

À educação cabe fornecer, dalgum modo, a cartografia dum mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele (Delors, 1996, p.77).

Dentro desse contexto, o ensino técnico aparece, como um processo formativo que vai permitir a socialização de sujeitos por meio do ingresso no mercado de trabalho, entendendo a visão do aluno, da escola e da empresa como as partes que compõem um todo e cada uma como um subsistema de um grande sistema, portanto desvelando as relações que aí se estabelecem.

Neste sentido, os entrevistados, de acordo com seus pontos de vista e com suas posições no processo, demonstraram divergentes concepções acerca do ensino técnico, desde formação de mão de obra barata e opção a excludos até substituição da universidade. Prevaleceu, nos discursos, a formação de um saber-fazer específico com domínios mínimos razoáveis ao exercício de uma profissão, como oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, enfatizando o aspecto técnico em detrimento do humano e podendo ser ponto de partida para a universidade, enquanto área de atuação escolhida. Outra concepção apresentada é a de que é uma formação que ultrapassa o limite do saber-fazer, encontrando, acima de qualquer aspecto, sua razão de existir na dimensão “ser”.

Quanto ao papel da escola no desempenho do ensino técnico, os entrevistados apontaram para uma confusa conceituação de especialização, qualificação, formação e competência, acrescido da divergência ensino específico e ensino genérico como forma de a escola atualizar-se e atender às demandas do mercado, além de oportunizar ao aluno a busca do conhecimento por meio da autonomia.

Outro ponto destacado como responsabilidade da escola foi *oferecer um bom estágio*, acompanhando o aluno e fazendo as mediações necessárias para integração escola-empresa, tendo como contraponto sua estrutura burocrática e limitante (autonomia/dependência) e a parte de consciência do verdadeiro significado do estágio (compromisso/alienação) dentro do processo formativo.

Merece destaque nesta categoria o sentido de pertença, a admiração pela escola, o orgulho dos alunos por fazerem parte de sua história (identidade).

A categoria Estágios e Estagiários reafirma o estagiário como elemento central do processo em análise a partir de seu fazer profissional. Ressalta-se nesta categoria o que os supervisores pensam sobre ensino técnico e o que encontraram como formação nos estagiários a partir de seus desempenhos no estágio; a concorrência e a falta de limites estabelecidos entre o fazer profissional do técnico de nível médio e o do engenheiro; a falta de valorização profissional do técnico de nível médio e a conseqüente busca de maior certificação para concorrer no mercado de trabalho e alcançar mobilidade social; a necessidade de desenvolvimento de características pessoais, técnicas e humanas, como possibilidade de valorização profissional e o conhecimento técnico como necessário, mas não suficiente.

Foram enfatizadas pelos entrevistados, como expectativas da empresa em relação ao estagiário, as características de responsabilidade, confiança, determinação, criatividade, força de vontade, cooperação, engajamento, interatividade, conexão, respeito e autonomia presentes numa palavra bastante usada no momento, chamada empreendedorismo, que nada mais é do

que a capacidade de trazer à consciência individual o poder pessoal de cada um na busca de concretização de objetivos e de ética. Tais características aparecem também para conceituar técnico competente.

Ficou evidente, outrossim, o estágio como construção da práxis transformadora, partindo-se do princípio de indissociabilidade entre teoria e prática, de unidade reflexiva que conduz à modificação de estruturas obsoletas e insuficientes e, portanto, à liberdade.

Todo o conhecimento objetivo relativo ao sujeito humano volta a ele como um bumerangue para o perturbar ou modificar: assim, a consciência da nossa finitude e da nossa morte retroagiu e continua a retroagir de maneira profunda sobre as nossas vidas, os nossos comportamentos as nossas idéias e a nossa própria consciência. (Morin, 1996c, p. 192).

Como síntese das constatações sobre o papel da empresa, na visão dos entrevistados, observou-se que, para a empresa o estágio é visto: como complementação da aprendizagem, nesse caso, o supervisor acompanha e avalia as atividades do estagiário, atividade de caráter pedagógico; como política de acesso a emprego na empresa e como forma de redução de custos com pessoal, o estagiário tem os mesmos deveres de funcionário, atividade de caráter econômico.

O estagiário aparece: como estagiário, alguém que está na empresa para aprender, portanto tem direitos e deveres diferentes em relação aos funcionários e suscita preocupação em não comprometer o produto; como funcionário com mesmos deveres e atividades em relação ao funcionário, mas diferentes direitos no que diz respeito à valorização e encargos sociais e como indivíduo mais facilmente manipulável.

A empresa, ao receber estagiário, tem vantagens econômicas, como treinamento de pessoal, contrato de experiência e trabalho qualificado com baixa ou nenhuma remuneração. Há vantagens, também, pelo fato de o estagiário representar inovação, “sangue novo”; ele pode ser empreendedor, vindo a desestabilizar a empresa positivamente. E, ainda, o estágio pode ser uma forma de a empresa mostrar à sociedade que está investindo em educação, *marketing* para a empresa como organização que investe na sociedade, que comprova desempenho de responsabilidade social.

As desvantagens para a empresa em receber estagiários apareceram como econômicas, em virtude do tempo despendido em treinamento do estagiário, acúmulo de trabalho para o supervisor que o acompanha e prejuízo para as empresas organizadas. Além das econômicas, foram apontadas como desvantagens a inexperiência do estagiário; a falta de vínculo empregatício que permite que ele se desligue da empresa assim que termine o estágio; o nepotismo na forma de ingresso e o fato de o aluno ser empreendedor e com isso desestabilizar a empresa negativamente, pondo em risco o que já é conhecido, aceito e inquestionável.

As falas permitiram também a percepção de critérios e formas de gestão utilizadas: evidência de empresas organizadas e desorganizadas; estágio como política de acesso à organização; comprometimento e engajamento “total” do estagiário/funcionário e “parcial” da empresa; política de incentivos a cursos de atualização na empresa e fora dela; oferta de cursos e atividades ligados à área de criatividade entendida como diminuição de estresse; rotatividade como mecanismo que impede o “entrincheiramento profissional”; exigência de um perfil de profissionais empreendedores; exigência de um perfil de obediência e cumprimento de padrões preestabelecidos.

Em relação ao papel social da empresa, foram apontadas a preocupação com o funcionário como ser humano; a participação da empresa na comunidade, por meio de manutenção de escolas no bairro e formação de guias mirins; o atendimento ao público; a formação de profissionais para ingresso no mercado de trabalho (universidade) e acesso ao trabalho por meio da oportunidade de empregos.

A situação caracteriza-se como, dialética: de um lado as forças econômicas determinando normas e perfil de trabalhadores, inviabilizando, em função do contexto econômico e social, a estabilidade profissional e, portanto, a constituição de grupos, devido ao novo paradigma de trabalho em que não há mais garantias de emprego, todos concorrem entre si, gerando uma via paralela chamada trabalho informal. De outro, a necessidade de sobrevivência e, portanto, de preparação para algum saber-fazer valorizado, pelo mercado, que permita o sonho ou a esperança de os sujeitos, ao menos, tentarem competir.

Observa-se nesse resumo de emergências a interconectividade que há entre os atores e situações que compõem o ensino técnico o qual não pode ser dissociado do contexto político, econômico e social vigente. O que nos conduz a tentativa de compreensão mais além de fenômenos dialéticos, mas dialógicos, recursivos e hologramáticos (Morin, 1990) que compõem a realidade social como complexidade em suas incertezas, instabilidades, singularidades e conflito de valores, apresentando, em sua incompletude, a complementaridade dos antagônicos; a reciprocidade do gerar e ser gerado e a inclusão do todo estar nas partes e das partes estarem no todo.

Merece destaque, como resultado dessa investigação, a descrição apresentada pelos entrevistados no que se refere às suas concepções de técnico competente, o que seria, em última instância, o objetivo formativo da escola, a expectativa da empresa e o desejo concretizado do aluno como finalidade buscada na escola.

BIBLIOGRAFIA

ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação rumo à sociedade aprendente*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20.12.1996 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Decreto Federal 2.208 de 17/04/1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA RS. *Lei Federal 5.194/1966 e Resolução 218/73*. Porto Alegre: CREA RS. 1985.

DELORS, Jacques. *Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI*. Portugal: Edições Asa. 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A. 1997.

- FREITAG, Barbara. *O indivíduo em formação*. São Paulo: Cortez. 1994.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*. In: FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez. 1991.
- KUENZER, Acácia. *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.
- LEVY, Pierre. *A inteligência coletiva, por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Edições Loyola. 1998.
- MORIN, Edgar. *A noção de sujeito*. In: SCHNITMAN, Dora Fried (org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. 1996a.
- _____. *Epistemologia da complexidade* In: SCHNITMAN, Dora Fried (org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. 1996b.
- _____. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget. 1990.
- _____. *O método III o conhecimento do conhecimento/I*. Portugal: Publicações Europa-América. 1996c.
- PAGÈS, Max, et al. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas. 1993.
- PERRENOUD, Philippe. *Construir competências desde a escola*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. 1999.
- ROPÉ, Françoise e TANGUY, Lucie (orgs.). *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas, SP: Papirus. 1997.
- SENGE, Peter M. *A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem*. São Paulo: Best Seller. 1990.
- VASCONCELLOS, Celso. *Reflexão sobre teoria e prática para a mudança*. São Paulo: Libertad. 1998.